

BAUMAN, Zygmunt. *Extraños llamando a la puerta*. Buenos Aires: Paidós, 2016. 111 p.

Lenin Pires

Antropólogo e professor permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia e Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.

LIMITES E DESAFIOS DE UM MUNDO SOB O SIGNO DA PRECARIIDADE

Os movimentos migratórios não constituem um fenômeno sazonal, mas experiência constitutiva do processo de desenvolvimento das sociedades humanas. Entretanto, sua representação atual enquanto dimensão que ameaça conformações sociais pretensamente homogêneas e estabelecidas se institui como manipulação política grosseira. Esta última é preocupante por seu potencial de levar as sociedades no eixo ocidental, idealizadas enquanto prósperas (sobretudo após os anos 1950), à antiala de conflitos multitudinários e aniquiladores dos fundamentos dessa pretensa prosperidade. Para enfrentar essa crise a única saída para os países ocidentais é se reconhecerem, essencialmente, como resultado desses encontros históricos em que os processos migratórios são seus mais perenes catalisadores. Mais ainda, assumirmos a crescente interdependência frente a esses encontros e buscar novas maneiras de exercitar convivências com solidariedade e cooperação.

O parágrafo anterior, em linhas gerais, pode ser uma síntese da proposta central de Zygmunt Bauman em seu derradeiro livro *Stranger at our door* (em castelhano, *Extraños llamando a la puerta*). Nele o autor do conceito de *modernidade líquida* recepciona as imprecizações xenófobas e con-servadoras que avassalam as sociedades ocidentais em um já surpreendente século XXI. O livro, lançado também no Brasil, elege como objeto as implicações das formas pelas quais se administram politicamente os conflitos envolvendo os crescen-

tes processos migratórios no mundo ocidental. Entretanto, as questões abordadas pelo autor, bem como a imaginação sociológica mobilizada para construção dos problemas, permitem que estudiosos de outros temas, como é meu caso, tirem proveito desse presente deixado pelo sociólogo meses antes de seu desaparecimento.

Em 111 páginas, o intelectual polonês, radicado na Inglaterra no imediato pós-segunda guerra, brinda o leitor com uma prosa persuasiva e contundente, com a qual reafirma compromissos com a liberdade do espírito humano em tempos de forte crise desse valor no ocidente. São seis capítulos nos quais esgrime seus argumentos através de um texto fluido, abordando e analisando acontecimentos atuais de forte impacto global. Em seu exercício intelectual veicula reflexões não desprovidas de forte posicionamento em defesa de direitos fundamentais que caracterizam toda sua trajetória intelectual.

Ao recorrer a variadas fontes empíricas, deixa claro seu objetivo de dialogar não apenas com a comunidade acadêmica, mas com um público mais amplo. Para dar contornos a sua argumentação buscará suporte em discursos nos editoriais dos jornais, nas performances dos políticos exibidas nas diferentes mídias, bem como na advertência de seus críticos. Nem Francisco I é esquecido – a confirmação contemporânea de que “o papa é pop”¹. Neste exercício faz lembrar Erving Goffman, em quem se inspira para falar dos estigmatizados de nossos tempos.

Bauman demonstra profundo interesse pelos dilemas humanos ao focalizar africanos, árabes, latinos, entre outros, locomovendo-se pelo planeta em busca de sobrevivência material e, sobretudo, de garantias frente ao iminente perigo para suas integridades físicas. São vidas ameaçadas por perseguições políticas e religiosas, doenças crônicas, guerras intermináveis, entre outras formas de violência que se reiteram, tendo na motivação para a discriminação étnica um ingrediente fundamental a ser considerado. No tratamento analítico das questões levantadas ora se inclina para a filosofia política, ora desliza pelas ondas etnográficas da antropologia para analisar, em suas palavras, uma potencial tragédia. Assim ele qualifica o cansaço da opinião publi-

¹ Com afirma, no Brasil, uma música do grupo de rock Engenheiros do Hawaii.

ca perante o drama dos migrantes que se tornam refugiados das iniquidades muitas vezes criadas pelo próprio ocidente em seus países de origem. Drama que, aliás, conhece como poucos.

Esgrimindo um tom crítico e, em alguma medida, cético, pareceu-me problematizar o que interpreto como certo otimismo por parte de Karl Polanyi, em *A grande transformação*. Nesta obra de referência, o intelectual húngaro advoga em favor da capacidade da sociedade moderna deter o chamado “moinho satânico”. Bauman parece sugerir que nos dias atuais as pás desse pretenso monstro simulam girar em favor da sociedade. Dessa forma, iludiria audiências e expectativas. Contudo, em seus espasmos cíclicos, podem empreender a revisitação às práticas que encerram insegurança e exceção. Em seus efeitos sobre a infraestrutura social, emerge a *questão* da imigração. Para lidar com o fenômeno, intolerantes e fundamentalistas de plantão atuam em variadas frentes, reclamando a entrega do poder a aventureiros políticos. Seja pelo voto, seja pela força.

O capítulo 1, “El panico migratorio y sus (malos) usos”, funciona como introdução ao tema central que será utilizado para discussão de aspectos inquietantes da atual conjuntura mundial. Nele, Bauman conduz seu leitor a considerar o paradoxo político que parece se constituir numa grande armadilha que ameaça as garantias à dignidade humana no presente, o que chamarei aqui de condição *indesejável-atrativa* que parecem encarnar os imigrantes, sejam imigrantes *stricto sensu*, que agora se deslocam, sejam os filhos daqueles que se deslocaram no passado. Estes últimos, potencialmente cidadãos nacionais, parecem ter um *déficit* de cidadania, para lembrarmos a expressão de Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Por serem filhos de imigrantes, têm seus direitos mitigados e suas identidades nacionais colocadas sob interrogação. Uma condição que denuncia a todo instante os limites ideológicos colocados para o modelo de Estado-Nação ocidental.

Vistos por um lado, esses imigrantes são indesejáveis. Suas existências parecem ameaçar perspectivas estéticas e morais que o cidadão médio comum pode ter de uma eventual versão de um *west way life*, pretensamente comum à Europa e à América do Norte. Por outro lado, porém, a pressão que essa enor-

me massa pode fazer sobre o padrão de assalariamento de mão de obra é atrativa aos interesses dos capitalistas. É sob essa tensão que se pauta a atuação dos políticos. Estes se veem na necessidade de satisfazer os desejos por mais lucro dos possuidores do capital (que geralmente os financiam em seus interesses pelo poder) e, simultaneamente, aplacar os temores daqueles que, no final das contas, os elegem. Consequentemente, em todo o ocidente crescem, em escala aritmética, os muros e restrições aos migrantes. Ao mesmo tempo, elevam-se geometricamente os índices de deslocamento de pessoas. Nesse diapasão, passam-se em revista as históricas conexões do ocidente com África, Ásia e Oriente Médio ou mesmo parte da Europa Oriental, como a Turquia.

O autor demonstra sua usual sensibilidade quando chama a atenção que esses movimentos são ingredientes de um apimentado cardápio que irá alimentar a formação dos aglomerados urbanos, contextos nos quais se ensejam as paradoxais relações entre o desejo idealizado pelo desconhecido e o temor frente ao que pode ser inexplorado, indomável e, para o senso comum, desagradável, o que o autor definiu como as relações contraditórias entre *mixofilia* e *mixofobia*. Tal controvérsia irá possibilitar o delineamento de um espectro político que parece evoluir em diferentes sociedades: o crescimento da chamada extrema direita. E o fenômeno é explicado com magistral simplicidade. Para os marginalizados destas sociedades que suspeitavam ter tocado o fundo do poço, a contemplação de grupos em condições ainda mais deprimentes, inclusive em termos jurídicos, parece lhes brindar a possibilidade de resgatar sua dignidade e algum resíduo de autoestima. Isso é aproveitado com enorme senso de oportunidade por políticos que professam a xenofobia, o racismo e o nacionalismo chovinista.

O empreendimento destes últimos, assim, passa a ser defender a substância imaginada e nunca expressa em termos objetivos, capaz de separar “nós” e “eles”. Uma essência aparentemente psicológica, apta a desenvolver uma trama intrincada na qual se obscurece uma questão importante. Qual seja: uma parte desse “nós” – os capitalistas – melhor explora a mais-valia de outra parte – as classes subalternas assalariadas – justamente por estar de acordo com que “eles” (os imigrantes) apareçam cada vez mais. E se reduzidos em sua es-

sência humana, melhor. Afinal, estes potenciais “menos humanos” (já que não são considerados *cidadãos*) são representações de uma insegurança difusa. Como tais, em determinadas situações, podem ser alvos da expressão teatralizada de diferentes formas de fundamentalismo violento e, portanto, enjarearem objetos sobre os quais se construirão as agendas políticas de exercício de poder. Um programa mínimo, em que direitos sociais são mitigados ou extintos, fazendo emergir um modelo de estado fundamentado na “segurança”.

O capítulo 2, “Inseguridad a la deriva en busca de una ancla”, é aquele em que Zigmunt Bauman irá problematizar a noção de “securitização”. Para o autor o termo *segurança* exhibe uma condição rara enquanto categoria. Ela designa ao mesmo tempo o estado desejado de algo, assim como os meios de alcançar tal situação. E com base nos efeitos mentais dessa condição – dialeticamente consumidos, incrementados, produzidos e distribuídos pelas empresas que se ocupam das mídias – pode-se operar a conformação de um *dispositivo* que se cristaliza contemporaneamente no fenômeno da securitização. Esta última entendida como uma antinomia a operar em meio a tantas outras.

Nela subjaz a tendência das ações estatais, no exercício de prover meios de segurança enquanto “função manifesta”, demonstrar ritual e discursivamente a disposição em recorrer-se à reparação pela força. Ao mesmo tempo, este Estado declina de sua “função latente” de promover formas de promover segurança difusa e ambiente social que viabilize internalização de regras pacíficas de convivência: em outras palavras, políticas públicas de emprego, educação, saúde, entre outras. Bauman, em resumo, discorre sobre a imperiosa necessidade de se atentar para o deslizamento do sentido da categoria *segurança* tal como tradicionalmente concebida – enquanto *previsibilidade*, por exemplo – para aquela que lhe parece mais se adequar aos conteúdos veiculados nos discursos políticos vigentes: *proteção*.

Sua reflexão prossegue no capítulo 3, “Por la senda de los hombres (o las mujeres) fuertes”, chamando a atenção para o que bem pode ser concebido como um exercício de prestidigitação. Ou seja, a emergência como no passe de mágica de “salvadores da pátria” os quais, aproveitando-se das ações interessadas dos conglomerados capitalistas que detêm as formas de produção das

(ilusórias) consciências, propõem-se a guiar as classes médias assustadas, frente às alteridades desafiadoras, de volta ao paraíso dos sonhos infundados. Políticos como Marine Le Pen, na França, ou o republicano Donald Trump, nos Estados Unidos, são introduzidos como avatares de um modelo que emerge por todos os lados, ameaçando a representação do ideal de liberdade e justiça que o ocidente do pós-guerra se autoatribuiu. Mesmo no Brasil, região fora da análise de Bauman, figuras que destilam ódio e racismo, como um Jair Bolsonaro da vida (um Enéas sem imaginação, desprovido de conhecimento formal e imberbe), parecem ratificar sua tese. Sobre Donald Trump, é importante sublinhar, Bauman praticamente predisse seu favoritismo enquanto *re-dentor* das massas norte-americanas.

O autor resvala neste capítulo em uma categoria que me vem motivando a reflexão acerca das idiossincráticas relações entre igualdade e desigualdade no Brasil. Refiro-me à noção de *precariedade*. A abordagem de Bauman alude à situação atual de cerca de dois terços dos estadunidenses. Dá visibilidade a uma crescente população ativa que trabalha sobre demanda e que, cobrando o que for possível, percebe que seus salários não alcançam suficientemente para lidar com seus compromissos. Menciona os apontamentos de Guy Standing sobre o “precariado” para referir-se a um contingente de trabalhadores cada vez mais desprovidos de redes de proteção social e que conformam uma “classe angustiada”, conforme o termo tomado de um artigo escrito por Robert Reich.

Este último, segundo Bauman, acreditava em 2015 que tal segmento ainda não teria se definido entre seguir a “prestidigitação” de Trump ou se inclinar para o “socialismo democrático” impulsionado pelo então candidato a presidente nas primárias do Partido Democrata, Bernie Sanders. O sociólogo polonês, porém, não partilha da incerteza de Reich. Em sua discordância discorre sobre a maneira como o sistema de crenças disseminado na política faz uso de uma bem elaborada noção de “medo oficial” que, migrando da religião e se instituindo no terreno da governança, fará do conservadorismo uma espécie de porto seguro psicológico. Os dias atuais exigiriam do individualismo respostas que na solidão dos indivíduos é possível de se forjar. Em

lugar de apostar num suposto sujeito coletivo, os dados parecem rolar em favor daqueles que parecem comprovar a qualidade de superindivíduos, ou homens e mulheres fortes.

Na minha perspectiva, porém, a noção de *precariedade* está menos referida na erosão de diacríticos materiais que ensejariam proteção. Ela aninha-se muito mais nos valores simbólicos que, a partir da naturalização da desigualdade, seriam internalizados nos sujeitos. Não tenho como desenvolver minhas ideias aqui de maneira abrangente, mas dialogo com a contribuição de Bauman, quando este afirma que o temor dos cidadãos pretensamente estabelecidos é de serem desacreditados (para lembrar outra vez de Goffman) e, portanto, serem objeto de *desconfiança*. Esse é nosso ponto de contato. A precariedade, a meu ver, funda-se numa desconfiança sistemática por parte das oligarquias dominantes brasileiras em relação aos segmentos mais subalternos da população. Com tal desconfiança, eleva-se o risco à integridade moral e física destes indivíduos.

É o caso, por exemplo, dos moradores de favelas aos quais não são confiados títulos de propriedades sobre suas moradias, esvaziando parte significativa de seus direitos civis. Casos que guardam paralelo com os estudos que desenvolvo buscando compreender as relações entre os mercados informais e as políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro. Neste contexto a noção de precariedade, ditada pelo direito administrativo, no Brasil, alude a relações de desconfiança intermitente dos poderosos quanto aos estratos subalternos da população. Há aqui, talvez, uma possibilidade de que as relações políticas e jurídicas no Brasil contribuam para, contrastadas com as de outras sociedades, melhor entender o que parece estar em gestação no estágio atual da chamada modernidade (que alguns chamam, inclusive, de pós-modernidade). Voltemos, porém, ao ocidente não-periférico.

A partir do capítulo 4, “Juntos y apiñados”, o autor combina sua reflexão com uma argumentação proativa. Aliando o exercício da compreensão à prescrição de um dever-ser que mitiga as possibilidades de seu texto ser classificado como mero manifesto de denúncia, o autor advoga, flertando com a filosofia, a política e o direito, que o que se coloca para a humanidade é com-

preender que lidar com a diferença é um imperativo ético. Nesse sentido, em lugar da *hostilidade* empenhada no trato da questão migratória, que pode resultar da imposição de uma moral dominante que aplaque as diferenças, faz-se necessário imaginar o mundo como um lugar governado pelo direito à *hospitalidade*. Ao mesmo tempo, mostra como certas ações políticas se pautam por lançar calúnias e difamações sobre estrangeiros e imigrantes, operando sua desumanização. Transformados potencialmente em *homo sacer*, segundo a terminologia de Giorgio Agamben, tornam-se objeto da ex-trema violência por parte do Estado em relação àqueles para os quais não há direitos minimamente reservados.

Consequentemente, esses estrangeiros e migrantes serão considerados “Problemáticos, molestos, indesejados: inadmisibles”, como sugere o título do quinto capítulo. Este resumo não apenas a perspectiva dos grupos que moralmente se lançam nas cruzadas que propõem abater suas diferenças, seccionando de forma ameaçadora a diversidade; também versa sobre as implicações políticas que resultam das ações e reações que orquestram as disputas de poder e controle dos aparelhos de estado ocidentais. Aqui o foco está dirigido à União Europeia, onde, tanto à direita quanto à esquerda, cada vez mais se exercita a administração da “questão migratória”. Arendt, lembrada no capítulo anterior, bem poderia ser retomada em seus apontamentos em *As origens do totalitarismo* para que se rememorassem os artifícios pelos quais se fez possível construir, no período entre duas guerras mundiais, a figura do *apátrida*, uma versão pretérita desses seres *matáveis* na contemporaneidade.

No capítulo 6, “Las raíces del odio: antropológicas o temporales?”, Bauman parte da filosofia kantiana para refletir que é a tensão entre a faculdade de mentir e o temor à autodepreciação que poderá produzir uma moral do *self*, de maneira a contribuir na construção do imperativo ético anteriormente idealizado. A ponte para unir pensamento e ação, de forma a propiciar tal ideal, é a “arte do diálogo”. Dialogando com Leon Festinger, irá lembrar, porém, que há várias maneiras de evitar a *dissonância cognitiva* que pode surgir no momento em que se imbricam conhecimento e conduta moral. Tal proeza é alcançada pela convicção inabalável em algo para o qual não se necessitem

de provas e evidências. A fé, a crença partilhada por uma maioria, irá se impor sobre as provas materiais oferecidas que a contrariem. Assim, se a maioria acredita que os imigrantes são perigosos e indolentes, de nada servirão os dados que comprovam que esses pagam impostos, contribuem para a previdência pública e, definitivamente, não compõem as taxas mais expressivas entre os registros de delinquentes. Como se pode operar, então, essa descrença nos dados produzidos cientificamente? Neste derradeiro capítulo, ganha relevo sua análise acerca das possíveis fronteiras plasmadas pelos artefatos tecnológicos, os quais parecem contribuir para dar substância a elementos essencializados no subconsciente dos indivíduos, que ganham categorias e, principalmente, ritualizações em arenas virtuais.

Segundo Bauman, nos dias atuais os cidadãos no ocidente experimentam viver entre dois mundos: um no qual se está “conectado” e outro no qual se está “desconectado”. Neste último, o cidadão está submetido ao poder e às regras. Sua margem para fazer escolhas é ditada por organismos e instituições que, em certa medida, corroboram entre si para a homogeneização de sua identidade, o que facilita seu domínio repressivo dentro da *sociedade de rendimento*, nos termos de Ulrich Beck. Neste último, não é a internalização de regras para a vida comunitária que conta, mas a *rentabilidade* das ações individualizadas e individualizantes. Nela, o cálculo entre riscos, custos e benefícios são feitos considerando um espectro limitado, muitas vezes circunscrito ao próprio indivíduo, como já aponte. Diferentemente, no mundo virtual pode-se operar a liberação de todas as mazelas e incomodidades que habitam o *mundo off-line*, incluindo a conformação de redes de relacionamento onde, por meio de processo autônomo de seleção, é possível apartar toda e qualquer possibilidade de se interagir com o que for desagradável, diferente ou diverso. Citando as conclusões de pesquisadores do tema, o autor afirma que a *internet* é o território no qual se opera a fuga ao campo de batalha que representa o cotidiano *off-line*, caracterizado pela heterogeneidade que obriga a todo momento que sejam feitas escolhas, na maioria das vezes com riscos de se levar ao equívoco e, portanto, a algum nível de autodepreciação.

Concluindo seu argumento, o autor afirma que só é possível saber bem acerca do que falamos se o vivemos. Assim, a conversação é a via direta para o entendimento mútuo e consideração recíproca e, conseqüentemente, o acordo para a convivência pacífica.

Bauman redige uma publicação engajada, apoiada na reflexão lúcida de um autor capaz de manifestar em palavras escritas a habilidade de se enunciar a partir de diferentes posições em relação ao tempo de duração de sua vida. Com a energia acumulada do alto de seus 90 anos, demonstra que o caminho possível para tal empreendimento é se manter atento, interessado no que ocorre a nossa volta, exercitando de maneira íntima conhecimento e imaginação. Uma lição valiosa, dada em momento oportuno, para todos nós que insistimos em fazer da dignidade um valor para nossa vida e dos demais seres humanos. Nos dias atuais, em que a narrativa do ódio e da intolerância parece hegemonizar propagandas ideológicas em distintas mídias e escalas no ocidente, ler o livro de Zigmunt Bauman pode ter o efeito de renovar nossas convicções em lutar por um mundo mais igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, H. Algumas questões de filosofia moral. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
2. AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
3. BAUMAN, Zygmunt. **Extraños llamando a la puerta**. Buenos Aires: Paidós, 2016.
4. BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos a nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
6. GADAMER, Hans-George. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
7. GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

8. PIRES, Lenin S. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Org.). **Disputas em torno do espaço urbano: processos de produção/construção e apropriação das cidades**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2016, v. 1, p. 296-313.
9. POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.
10. STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**.